



A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E URBANA E O AUMENTO DA VIOLÊNCIA CRIMINAL: UM PROBLEMA PARA AS CIDADES MÉDIAS?

Eliane Melara

Professora Adjunta do Departamento de Políticas Públicas e Geografia do Instituto de Educação de Angra do Reis da UFF

William Ribeiro da Silva

Professor Associado do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ

Monique Deise G. Bastos

Mestranda em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ

RESUMO:

Esse texto tem por objetivo central debater alguns dados e processos relacionados ao aumento da criminalidade em cidades médias. Especificamente, objetivamos descrever rapidamente o processo de interiorização da violência criminal no país, levando em conta uma possível relação entre essa dinâmica e o crescimento econômico e urbano de algumas cidades médias. Para isso, optou-se por um estudo que considerasse, em sua maioria, cidades médias já pesquisadas no contexto da ReCiMe, além de algumas outras que, devido à proeminência de alguns dos seus indicadores, também nos despertaram o interesse de serem incorporadas ao estudo. A semelhança entre todas elas está no seu processo de reestruturação econômica (principalmente, de natureza produtiva), no aumento dos contingentes populacionais e do PIB e nas transformações dos seus espaço inter e intraurbanos. Como procedimentos metodológicos, realizamos um levantamento bibliográfico de trabalhos que analisam a dinâmica da distribuição criminal sob várias perspectivas; consultamos os livros da ReCiMe; além de sites de instituições oficiais. Como conclusão, compreendemos que a interiorização da criminalidade pode estar relacionada a vários fatores, dentre os quais à reestruturação espacial da produção e do consumo no Brasil, que tende a fomentar o crescimento econômico e urbano de algumas cidades médias, sem promover, porém, uma mitigação de suas desigualdades sociais

Palavras-chave: Cidades médias, Reestruturação Produtiva e Urbana, Criminalidade



ABSTRACT:

This essay aims to discuss the available data on the rise of criminality in medium-sized cities as well as the process which leads to it. Specifically, we have sought to describe the process of how criminal violence expands from large-sized cities towards mid-sized ones, possibly relating such a dynamic to the urban and economic growth of the latter. In order to do this, we have chosen to study mainly cities already being researched by Medium-Sized Cities Research Network (ReCiMe). Additionally, we have included some other cities due to their notable indexes. All these cities are similar insofar their economic restructuring process is concerned (mainly that of productive nature), as well as their population growth, their GDP growth, and changes in their intra and interurban spaces. Regarding methodology, we have researched papers that analyze criminal distribution under several perspectives; looked up ReCiMe books; gathered data from official institution websites. We then concluded that the expansion of crime towards mid-sized cities may be related to several factors, among which is the spatial restructuring of production and consumption in Brazil. Such a process promotes economic and urban growth in some mid-sized cities, however it does not promote any form of mitigating social inequality.

Keywords: Medium-sized cities, Productive and urban restructuring, Crime

1 INTRODUÇÃO

As reestruturações produtiva e urbana se consolidaram no mundo a partir da década de 1970, adentrando ao Brasil a partir do mesmo período. Como consequência, principalmente a partir da década de 1990, estes processos têm alterado os espaços intraurbanos das cidades, ao mesmo tempo que complexifica a rede urbana brasileira (com destaque para as cidades médias). A reestruturação produtiva promovida a partir da desconcentração concentrada do agronegócio, das privatizações e dos novos investimentos no setor energético do Brasil, por exemplo, tem transformado os espaços urbanos e rurais em diferentes escalas, promovendo o surgimento de um conjunto de funções urbanas relacionadas à tal reestruturação.

Assim, novos processos e formas urbanas têm se destacado na organização interna de muitas cidades fora do contexto metropolitano, como as cidades médias. Segundo Corrêa (2007), para definir cidades médias, devemos considerar aquelas que, primeiramente, apresentam uma

elite empreendedora com relativa autonomia econômica e política na cidade, e que possuem uma grande importância funcional na rede urbana. Também é necessário considerar sua localização relativa, que devesse constituir como um lugar central na hierarquia regional, não podendo pertencer, desse modo, a uma região metropolitana. Outro elemento indispensável na definição das cidades médias, ainda segundo Corrêa, tem a ver com a intensidade e complexidade de suas interações sociais, que podem ser locais, regionais, nacionais e globais, sendo, muitas vezes, controladas por grupos externos. Resumindo, Corrêa (2007, p. 24-25) analisa que: as cidades médias se diferenciam por serem “um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço intraurbano”.

A complexidade dos papéis desempenhados por essa categoria de cidade, por sua vez, sobretudo quando inserida no contexto da reestruturação produtiva, pode gerar inúmeros rebatimentos socioespaciais, que são de interesse desta pesquisa. A combinação de processos, que vão desde um rápido crescimento econômico¹ até um acelerado incremento populacional, – não mediado pelo aproveitamento de recursos em políticas públicas que diminuam as desigualdades socioespaciais nessas cidades – acabam favorecendo processos de segregação e fragmentação socioespacial. Além disso, o tráfico de drogas também tem se territorializado nessas cidades, elevando as taxas de homicídios e provocando medo e sensação de insegurança urbana. Por efeito desse contexto, a espacialização dos índices criminais no Brasil tem se reorganizado, apontando para o que seria um processo de interiorização da violência criminal. Em consonância à tendência experimentada por diversas áreas metropolitanas, a criminalidade parece penetrar novos espaços, fazendo com que algumas cidades médias apresentem índices de homicídios mais elevados que as cidades metropolitanas.

Assim, este texto tem por objetivo central descrever um pouco do processo de interiorização da violência criminal no país, levando em conta uma possível relação entre essa dinâmica e o crescimento econômico e urbano de algumas cidades médias. Para isso, optou-se por um estudo que considerasse, em sua maioria, cidades médias já pesquisadas no contexto da ReCiMe, sendo elas: Passo Fundo (RS); Mossoró (RN); Uberlândia (MG); Londrina (PR); Campina Grande (PB); Marília (SP); Dourados (MS); Chapecó (SC); Marabá (PA) e Resende (RJ). Devido à

¹ Inferimos que crescimento econômico não necessariamente implica em um processo de desenvolvimento da cidade, pois este vai além da dimensão econômica. De acordo com Brandão (2017, p. 108-109) “[...] o processo de desenvolvimento implica necessariamente um conjunto de mudanças materiais, sociais, simbólicas e mentais [...]. Essa seria a “essência de desenvolvimento”, envolvendo simultaneamente as coesões econômica, espacial-territorial e social, garantindo a equidade das oportunidades, mas, sobretudo, a universalização dos direitos.

proeminência de certos indicadores e as facilidades para realização de trabalho de campo dos autores, algumas outras cidades também foram incorporadas ao estudo, sendo elas: Angra dos Reis (RJ), Campos de Goytacazes (RJ) e Macaé (RJ).

Para a construção deste texto, do ponto de vista teórico e operacional, foram utilizados dados primários produzidos em trabalhos de campo realizados no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe); e, quanto às fontes secundárias, além de uma revisão bibliográfica dos principais conceitos e teorias utilizadas na pesquisa, consideramos, especialmente, informações coletadas nos livros publicados pela ReCiMe, além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa econômica e Aplicada e do Instituto de Segurança Pública (ISP), dentre outras fontes importantes para a produção do artigo.

2 ESTATÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO PAÍS

As análises recentes sobre a distribuição dos crimes têm justificado a importância de trabalhos que discutam o que parece ser uma nova tendência espacial de delitos cometidos no Brasil. Segundo Waiselfisz (2011), que estuda as estatísticas de homicídios no país, as taxas desse tipo de crime diminuíram entre 2003 e 2010, passando de 28,9 crimes a cada 100 mil habitantes, para 26,2 em 2010². Além disso, segundo o mesmo autor, as taxas de homicídios diminuíram nas cidades de grande porte como as capitais brasileiras, passando de 46,1 em 2003, para 35,4 em 2010 (tabela 1).

Tabela 1: Crescimento (%) ao ano das taxas de homicídio por período – Brasil e capitais

Período	Brasil	Capitais
1980-1997	4,0	4,8
1997-2003	2,2	0,1
2003-2010	-1,4	-3,7
1980-2010*	2,7	1,8

Fonte: Waiselfisz (2011) – SIM/SVS/MS*2010: Dados preliminares
Extraída de: Melara (2016, p. 168)

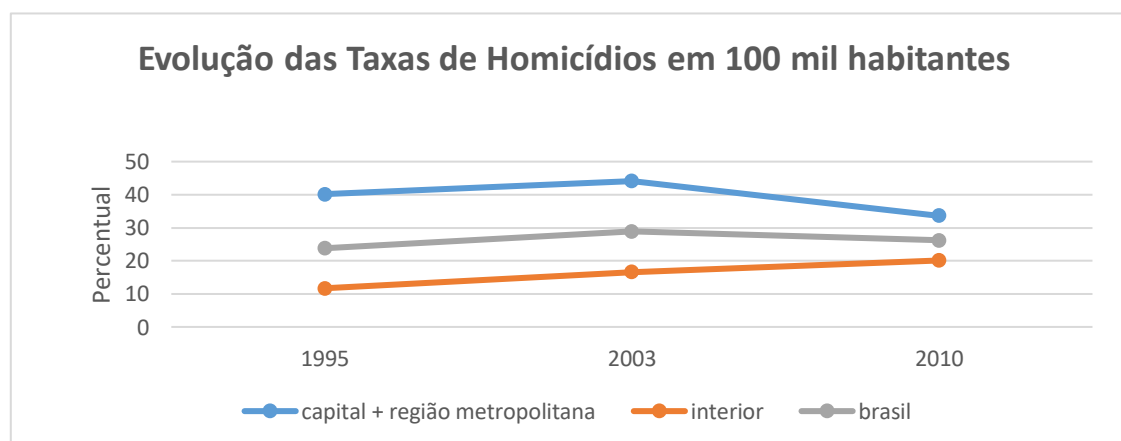
² No entanto, vale registrar o aumento dessas taxas em 2015, que passara para 28,9, segundo dados publicados em 2017 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA).

De acordo com Waiselfisz (2011), há ainda que se destacar uma forte heterogeneidade desses números, que variam de capital para capital. Por exemplo, as reduções mais significativas ficaram em estados do Sudeste: em São Paulo, a taxa caiu 44,3% (de 21,9 para 12,2), e, no Rio de Janeiro, 36,4% (de 48,2 para 30,6). Por outro lado, os estados que apresentaram o maior crescimento de suas taxas de homicídios no período de 2005 a 2015 estão localizados nas regiões Norte e Nordeste (IPEA, 2017), recebendo destaque o Rio Grande do Norte – com um crescimento de 232% –, seguido por Sergipe (134,7%) e Maranhão (130,5%).

Fazendo uma comparação entre Brasil, capitais + região metropolitana e interior³ (entre 2003 e 2010), como podemos observar no gráfico 1, temos uma queda das taxas de homicídios a nível nacional, uma queda significativa nas capitais + região metropolitana, e um aumento das taxas nas regiões interioranas. Ainda de acordo com Waiselfisz (2011), como podemos observar na tabela 2, o crescimento da taxa de homicídios para capitais + região metropolitana foi de 9,8% entre 1995 e 2003, o que representa um incremento anual de 1,2%. Já a taxa do interior pulou para 4,4% ao ano, havendo crescido 41,4% no mesmo período.

Já no período de 2003 até 2010, a taxa das capitais + região metropolitana caíram de forma clara, passando de 44,1 homicídios em 100 mil para 33,6, o que representa uma queda de 23,8% em 7 anos, ou uma taxa de -3,8% ao ano. Já o índice do interior continua crescendo, ainda que com um ritmo mais lento – de 2,8% ao ano –, tendo totalizado 21,4% no período analisado.

Gráfico 1: Evolução dos homicídios em 100 mil habitantes



Fonte: Waiselfisz (2011) / SIM/SVS/MS*2010: Dados preliminares
 Extraída de: Melara (2016, p. 160)

³ Waiselfisz (2011) definiu como interior os municípios que não são capitais de estado nem fazem parte de alguma Região Metropolitana, logo, muitas cidades médias e interioranas entram nessa contagem.

Tabela 2: Taxas de crescimento dos homicídios no Brasil, capitais + região metropolitana (RM) e interior

Área	1980/1995		1995/2003		2003/2010*	
	%	% ao ano	%	% ao ano	%	% ao ano
Brasil	103,9	4,9	21,1	2,4	-9,3	-1,4
Capitais+RM	123,8	5,5	9,8	1,2	-23,8	-3,8
Interior	55,9	3,0	41,4	4,4	21,4	2,8

Fonte: Waiselfisz (2011) / SIM/SVS/MS*2010: Dados preliminares

Extraída de: Melara (2016, p. 169)

Corroborando com a tese de interiorização da violência, e mantendo a atenção sobre os crimes de homicídio, dados mais atuais do IPEA (2017) contabilizaram os 30 municípios mais violentos em 2015, com população acima de 100 mil habitantes. Segundo o estudo, a maioria dessas cidades estava localizada nos estados do Norte e Nordeste do país (22 cidades), sendo Altamira, no Pará – cuja população é de 108.382 habitantes – a cidade com a maior taxa de homicídios (105,2 a cada 100 mil habitantes). Para fins comparativos, a metrópole de Fortaleza/CE, que também ficou entre os 30 listados e que possui 2.591.188 habitantes, apresentou uma taxa de homicídio de 66,7 a cada 100 mil habitantes.

Para melhor compreender as principais causas dessas tendências, também consultamos Waiselfisz (2011), que leva em conta o maior investimento em segurança nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas – atendidas pelo Plano Nacional de Segurança Pública, de 1999, e pelo Fundo Nacional de Segurança, instituído em fins de 2000 – como uma possível explicação para a retração de seus índices de homicídios. Além disso, há de se destacar o caso da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em 2008⁴ na cidade do Rio de Janeiro, que dificultou a ação da criminalidade organizada na capital e promoveu uma migração de criminosos para áreas de menor presença do estado e/ou estrutura (interior/outros estados)⁵. Por outro lado, a melhoria do sistema de captação e organização de dados, especialmente no interior do país, diminuiu os

⁴ Consultar: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp

⁵ Ressalte-se que esta polícia sofreu forte regressão nos últimos dois anos e há, atualmente, uma profunda modificação neste cenário.



índices de subnotificação, também podendo ajudar na compreensão do novo panorama da distribuição de crimes no Brasil.

Para Adorno e Cardia (2002, p. 304), a interiorização do crime violento, especialmente no estado de São Paulo, foi intensificada a partir do início da década de 1990, pois, de acordo com os autores, “a rota do crime urbano segue na esteira da rota da riqueza”. Em outras palavras, foi nesse período que uma quantidade expressiva de empresas, anteriormente localizadas na capital e região metropolitana, passou a instalar-se em outras cidades do estado. Considera-se, aqui, pois, que o mesmo raciocínio também valha para outros modelos de atividades econômicas, como, por exemplo, as associadas ao agronegócio e à difusão do comércio e serviços. Assim como as atividades industriais indicadas por Adorno e Cardia (2002), essas últimas também têm proporcionado uma reestruturação nas escalas inter e intraurbana, podendo, ao que presumimos, também influenciar no aumento da prática de crimes violentos no interior do país

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES CRIMINAIS

A reestruturação da produção brasileira vem acontecendo desde a década de 1970, acompanhada das transformações mundiais favorecidas pelo capitalismo pós-fordista, vêm promovendo um processo de desconcentração das atividades econômicas, antes concentradas nas capitais e em suas respectivas regiões metropolitanas. Nesse contexto, muitas indústrias passaram a procurar, sob fortes incentivos e renúncias fiscais, preço da terra, força de trabalho de menor valorização, entre outros fatores, outras cidades para instalação, especialmente no eixo centro-sul do Brasil. Além disso, políticas governamentais começaram a dar mais importância às cidades de porte médio com o objetivo de diminuir os problemas nas metrópoles e desenvolver outras áreas e regiões do país, investindo também no setor energético. As mudanças no padrão locacional da produção no país fizeram, assim, com que muitas cidades passassem a se destacar economicamente no contexto da rede urbana brasileira, principalmente, as cidades médias. (AMORIM FILHO E SERRA, 2000; ANDRADE E SERRA, 2000; SOJA, 1993; HARVEY, 2009).

Além dessa típica reestruturação produtiva, muitas cidades brasileiras, também interioranas, têm sofrido outro modelo de refuncionalização econômica, este com base na instalação de complexos agroindustriais. A produção agrícola e agroindustrial intensivas transformam o espaço rural e urbano, estando associadas, também, a uma série de outras

atividades: comércio de produtos, como insumos agrícolas e alimentos; novos aportes técnicos e centros de pesquisa (universidade); novos equipamentos financeiros e jurídicos; necessidade de mão de obra especializada etc. Todas essas dinâmicas também transformam o espaço urbano e áreas próximas, promovendo, do mesmo modo, uma reestruturação produtiva nas escalas inter e intraurbana (ELIAS, 2012).

Por conta disso, muitas cidades médias têm se destacado na rede urbana brasileira, com a intensificação de fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações. Isso corrobora com a intermediação entre áreas rurais, cidades pequenas e metrópoles, bem como com uma escala que vai além do território nacional, promovendo, como pontua Catelan (2015), uma heterarquia urbana. Além disso, a organização interna dessas cidades médias tem se tornado bastante complexa, o que promove o surgimento de novos processos e formas urbanas.

De acordo com Melara e Silva (2018):

É importante destacar que, a noção de cidade média já evidencia uma posição de intermediação na rede urbana, sendo uma área não metropolitana, com funções e papéis importantes de modo a abranger uma região de influência com alcance espacial que engloba as áreas rurais e as cidades pequenas, em vínculo estreito e indissociável com as metrópoles. Fatores relacionados a reestruturação econômica nacional e mundial foram importantes para que essas cidades desempenhassem funções de destaque na rede urbana brasileira atualmente, ao mesmo tempo que tornaram mais complexos seus espaços intraurbanos. Algumas cidades tiveram a indústria pós-fordista como vanguarda no desenvolvimento econômico, outras as atividades do agronegócio foram determinantes, por exemplo. Nesse aspecto, queremos focar o fato de que muitos agentes de cunho econômico/imobiliário, por exemplo, perceberam que nessas cidades médias haveria uma grande oportunidade de investimento, devido aos baixos custos para implantação de seus empreendimentos, distâncias intraurbanas relativamente curtas se comparado com as metrópoles e mercado consumidor em crescimento. (p. 2-3)

Por tudo isso, muitas dessas cidades médias têm passado por diferentes processos, que vão desde um crescimento econômico, à expansão do setor terciário, crescimento populacional, processos de multi(poli)centralidade, segregação e fragmentação urbana, terceirização do emprego, desigualdade socioespacial, sensação de insegurança urbana, aumento dos índices de violência criminal etc. Decorrente disso, um conjunto de formas urbanas tem sido geradas (centros de pesquisa, *shopping centers*, centros comerciais e empresariais diversos, hotéis, supermercados, franquias, lojas âncoras, mudanças na logística da cidade – transporte –, importância do setor imobiliário, do setor financeiro etc.), ao mesmo tempo em que tem sido favorecida a ampliação de periferias pobres pelo espaço urbano dessas cidades médias (territorializadas pelo tráfico de drogas), etc.

Para as cidades que são foco deste estudo, é importante destacar que a ReCiMe desenvolveu uma metodologia importante para o estudo de cada uma, que contou com um estudo

a partir de quatro temas norteadores: 1) a difusão do agronegócio; 2) a descentralização espacial da produção industrial; 3) a difusão do comércio e dos serviços especializados; 4) o aprofundamento das desigualdades socioespaciais. No que tange ao quadro produtivo, cada cidade tem algumas especificidades, destacando-se a influência do agronegócio na maioria delas.

Resende (RJ) e cidades próximas têm passado por esses processos de reestruturação espacial da produção, com a presença, a partir de 1990, de um conjunto de indústrias sob um sistema de produção pós-fordista, especialmente do setor automobilístico⁶. Seu processo produtivo tem movimentado a economia desta cidade média e da região do Médio Vale do Paraíba, reverberando em outros investimentos econômicos, como nos setores de serviços e habitação. (MELARA & SILVA, 2018). Já Macaé (RJ) e Campos de Goytacazes (RJ), por sua vez, tiveram fortes investimentos vindos da indústria do petróleo; Angra dos Reis (RJ) viu seu espaço urbano modificar-se a partir da construção do estaleiro Brasfel na Verolme (1959), na década de 1970, da BR 101 (BR Rio-Santos) e da implantação da Usina Nuclear, além do desenvolvimento do turismo na cidade⁷.

Já em relação à cidade média de Marília (SP), sua reestruturação produtiva está bastante associada à desconcentração industrial vinda da região metropolitana de São Paulo (SP), destacando-se as indústrias de alimentos (agroindústria) e a metal-mecânica (SPOSITO, 2012); em Londrina (PR), destaca-se a agroindústria e empresas com lógicas pós-fordistas provenientes da desconcentração industrial da região sudeste, especialmente São Paulo (ELIAS, 2013); Chapecó (SC) e Passo Fundo (RS) são cidades bastante relacionadas ao agronegócio, tendo a presença de grandes frigoríficos – como os da multinacional Perdigão –, de empresas de fumo – como a Souza Cruz –, além de indústrias de grãos e outros insumos agrícolas – como a multinacional Bunge (SPOSITO, 2010; 2016); já o setor industrial de Dourados (MS) se baseia, sobretudo, em agroindústrias ligadas à transformação de produtos primários, como soja, milho, carnes etc., tendo destaque na região, também, as usinas sucroalcooleiras, além de outras grandes empresas – como, mais uma vez, a Bunge (SPOSITO, 2016); Uberlândia (MG), por sua vez, também se destaca no agronegócio, com o preparo das sementes, transformação dos grãos,

⁶ Em Resende (RJ), a fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen se instalou em 1996, e a Nissan em 2013; já Porto Real e Itatiaia, municípios limítrofes a Resende (RJ), receberam o mesmo tipo de indústria, representada pela Peugeot/Citröen em 2001 (Porto Real/RJ), a Hyundai Heavy Industries em 2011 (Itatiaia/RJ) e, mais recentemente, a Jaguar Land Rover em 2016 (Itatiaia/RJ).

⁷ Para as cidades localizadas no estado do Rio de Janeiro, os estudos com a mesma metodologia estão se iniciando, com destaque para Resende (RJ), para qual a produção bibliográfica está bem avançada.



materiais para agroindústria, venda de equipamentos entre outros, com destaque para a multinacional Cargil (2010); Marabá (PA) apresenta um misto entre as atividades agroindustriais, pastoris e ribeirinhas, tendo a Vale do Rio Doce, a partir dos anos 1980, assumido um intenso papel estruturador na cidade, que contribuiu, decisivamente, para que Marabá (PA) se definisse como uma verdadeira “cidade econômica corporativa” (SPOSITO, 2016); em Mossoró (RN), recebe destaque a agroindústria (frutas tropicais) e indústrias para o beneficiamento de caju, a produção de óleos vegetais e industriais, a produção da farinha de milho e derivados, suco de frutas entre outros (SPOSITO, 2016); em Campina Grande (PB) o destaque está com a indústria têxtil, calçadista e de transformação, com a cidade contando, também, com um polo tecnológico que inclui um conjunto de instituições do ensino superior, empresas de base tecnológicas, centros de pesquisa e desenvolvimento, instituições de fomento e outros organismos (ELIAS, 2013).

Assim, como é possível notar nesse pequeno resumo, todas as cidades pontuadas neste texto têm passado por processos de reestruturação produtiva, culminando numa reestruturação urbana, com a difusão de serviços e comércio, equipamentos urbanos diversos, bem como numa aceleração das desigualdades socioespaciais – intensificando processos de segregação e fragmentação urbana. Por exemplo, em todas as cidades estudadas é possível analisar a presença de *shopping centers* e hipermercados redefinindo a centralidade urbana. É possível verificar, também, um crescimento da periferia urbana pobre, com baixos níveis de renda, ao mesmo tempo em que há um investimento forte na construção de espaços residenciais fechados e controlados para as classes de renda mais elevadas.

Assim, a fragmentação socioespacial envolve diferentes usos e apropriações do espaço. (SPOSITO, 2013). Desse modo, a autosegregação atual vai além de dinâmicas de segmentação no plano residencial, são dinâmicas que geram novas práticas e representações socioespaciais, diminuindo o convívio entre todos, fazendo com que as esferas da vida pública se realizem em espaços que são considerados privados, mas de uso coletivo.

O crescimento econômico profundamente relacionado a esses processos de reestruturação produtiva e urbana, provavelmente, tendem a favorecer a desigualdade social e o aumento do número de crimes. Paixão (1983) indica que as teorias sociológicas convencionais fazem uma forte associação entre industrialização, aumento das taxas de urbanização e aumento da criminalidade. Com estudos de dados de 1932 a 1978, o autor já observava essa relação entre crescimento populacional e aumento nos índices criminais, quando analisou que, durante esse período, a cidade de Belo Horizonte (MG) teve um crescimento urbano entre 5 e 7% no período de 1940 a 1970,

possuindo, em 1970, uma população de mais de 50% de migrante (o que também ocorreu em outras regiões metropolitanas do Brasil). Esse grande crescimento, por sua vez, foi marcado por grandes desigualdades sociais, representadas pelo aumento da pobreza, do desemprego, da formação de favelas, da marginalidade etc. associadas, muitas vezes, a comportamentos criminosos.

No período mais atual, essas correlações se repetem, como sugerem os autores do Atlas da Violência do IPEA, Cerqueira, *et al*, 2017:

A forma e a velocidade como o crescimento econômico afeta o território é outro aspecto relevante. Por exemplo, um crescimento rápido e desordenado das cidades (como aconteceu em Altamira, no rastro da construção da Usina de Belo Monte) pode ter sérias implicações sobre o nível de criminalidade local. (p.19)

O Atlas da Violência (IPEA, 2017) revelou que, embora o crescimento econômico faça aumentar a oferta de empregos, as boas oportunidades ficam restritas a um pequeno grupo da sociedade. Segundo um exaustivo trabalho com dados de todos os municípios brasileiros desde 1980, foi concluído que, a cada 1% de diminuição na taxa de desemprego de homens, a taxa de homicídio diminui 2,1% (CERQUEIRA E MOURA, 2015). Segundo a conclusão feita pelos mesmos autores, ainda nos anos 2000, a maior circulação de dinheiro, em várias pequenas cidades, sobretudo as do Norte e Nordeste do país, tornou viável economicamente os mercados locais de drogas ilícitas e, conseqüentemente, os homicídios decorrentes desse negócio.

Corroborando com essa análise, é possível constatar que, de modo geral, o PIB das cidades de médio porte vem crescendo, relativamente, em números superiores aos das metrópoles. Em relação ao aspecto demográfico, as cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes cresceram 2% ao ano, enquanto as com mais de 500 mil habitantes cresceram 1,66% ao ano (tabela 3).

Tabela 3: Brasil. Participação dos municípios por tamanho no PIB e na População Nacional

Número de Habitantes	% PIB Nacional em 2002	% PIB Nacional em 2005	% Crescimento do PIB (a.a.)	% População Total em 2000	% População Total em 2007	% Crescimento Populacional (a.a.)
Maior que 500 mil habitantes	43,34	41,70	4,63	29,81	29,71	1,66
Entre 100 e 500 mil habitantes	26,07	27,35	5,27	23,80	25,05	2,00
Menor que 100 mil habitantes	30,59	30,95	4,29	46,39	45,24	0,61



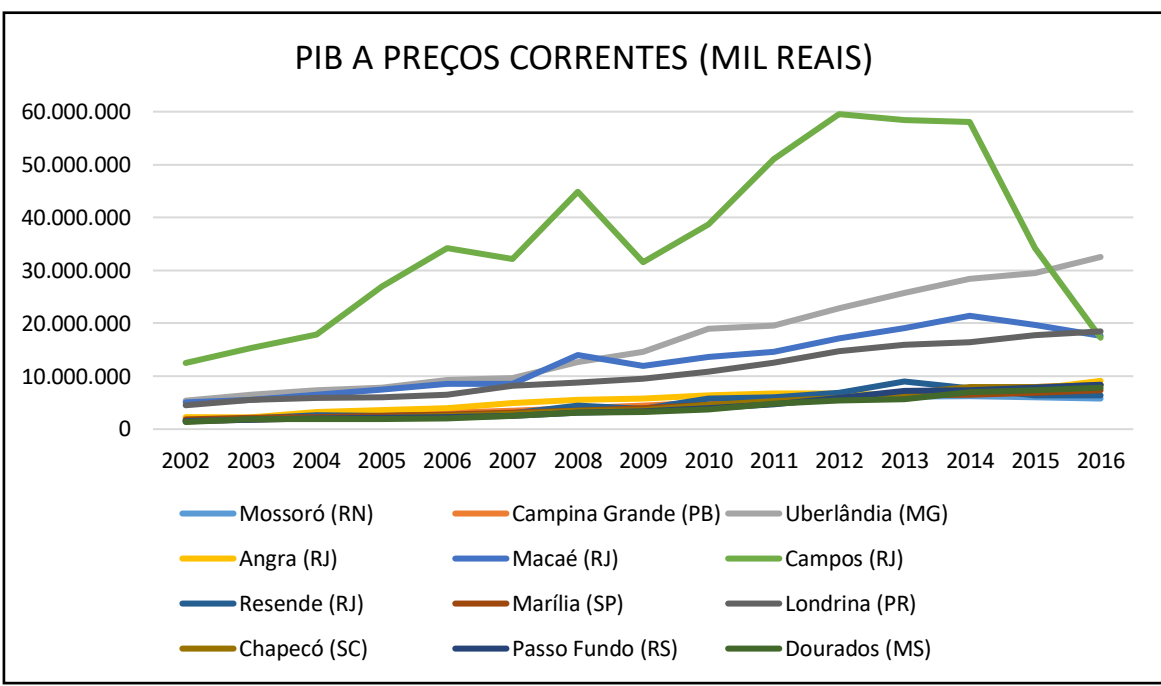
Fonte: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios e Censo Demográfico de 2000, e estimativas populacionais.
Tabulação: Diana Mata e Daniel Mata, (2008)
Extraída de: Melara (2016, p. 29)

Já em relação, especificamente, aos dados das cidades escolhidas para este estudo, é possível fazer uma forte correlação entre os três indicadores aqui trabalhados: o aumento do PIB, o aumento da população e do número de homicídios. Com esses dados fica bastante nítido o distanciamento que existe entre o crescimento econômico e equidade social.

No gráfico 2, por exemplo, é possível analisar o PIB das cidades selecionadas pela ocasião da construção deste texto. Observa-se nele, de maneira geral, que há uma linha crescente dos valores do PIB, desde 2002, desses espaços urbanos. De modo mais proeminente, destaca-se, ainda, uma reorientação da dinâmica econômica das cidades de Campos (RJ) e Macaé (RJ), com o decréscimo do PIB dessas cidades devido, provavelmente, à crise institucional brasileira desse período, refletida na queda da produtividade das atividades extrativistas associadas à exploração do petróleo.

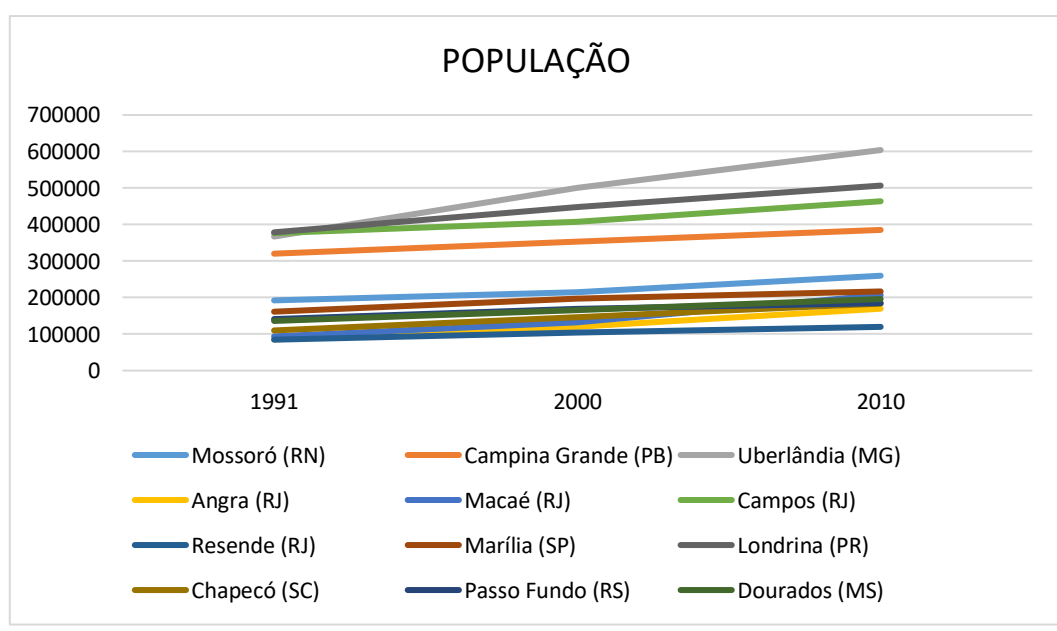
No mesmo sentido, considerando o intervalo de tempo do gráfico 2, e o contrapondo ao período analisado pelo gráfico 3, é possível, por este último, perceber o dinamismo demográfico das cidades aqui analisadas. Todas elas, sem exceção, apresentaram um notável crescimento populacional durante o mesmo período em que seus PIB's, no geral, tiveram um bom desempenho. Destaca-se, aqui, a comparação entre as cidades médias de Londrina (PR), Campos (RJ) e Uberlândia (MG) que, de acordo com os dois indicadores, são as cidades que coincidem entre os maiores desempenhos para os dois indicadores (PIB e população). Já Mossoró (RN) e Campina Grande (PB), por sua vez, que tiveram resultados mais discretos quanto ao indicador econômico, em relação ao critério demográfico, assumiram uma posição de destaque.

Gráfico 2: PIB a preços correntes das cidades médias analisadas



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA
Organização: Bastos, 2019

Gráfico 3: Aumento da população das cidades médias

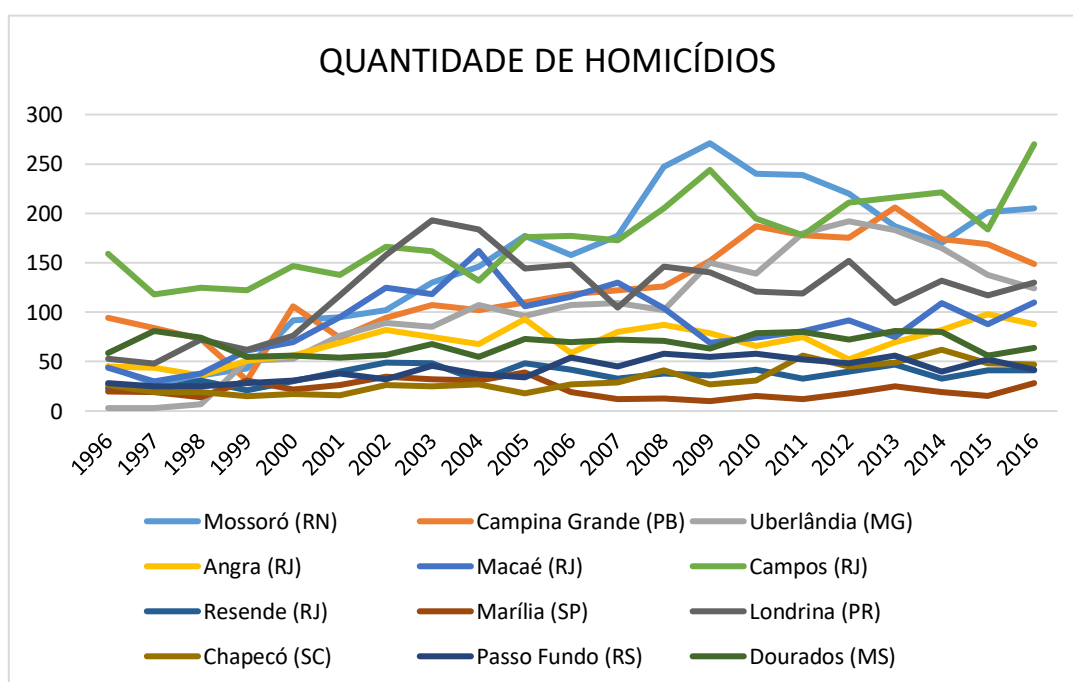


Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Por fim, em relação aos dados de homicídios (gráfico 4), novas leituras merecem destaque. Em primeiro lugar, resguardando todas as flutuações dos dados, no geral, uma boa parte das cidades apresentam tendência de crescimento dos homicídios durante o período registrado. O destaque, porém, mais uma vez, vai para as cidades médias que também assumiram as primeiras posições nos indicadores anteriores, ou seja, Campos (RJ), Londrina (PR) e Uberlândia – com proeminência desta última, cuja curva ascendente foi uma das mais significativas. Outras observações importantes podem ser feitas em relação à Campina Grande (PB) e Mossoró (RN), que tanto se destacaram no indicador demográfico quanto no de homicídios, e à Macaé (RJ), que teve mais expressão nos índices econômicos e menos no populacional, mas que também se destaca no que diz respeito aos critérios de violência criminal.

Embora, os dados não possam ser considerados como fontes conclusivas, nos apontam para a importância de direcionar estudos, que, por um lado façam uma análise dos processos especificados, correlacionando-os bem como seja possível pontuar alternativas para melhor aproveitamento dos recursos econômicos no que tange as questões sociais.

Gráfico 4: índices de homicídios nas cidades médias



Fonte: Ipea (2017)

Organização: Bastos, 2019

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto faz parte de um conjunto de reflexões e debates que têm sido realizados acerca das cidades médias brasileiras, tendo recorrido a estudos bastante detalhados já realizados pela ReCiMe. Com ele, buscamos avançar nos debates acerca da questão criminal, que tem sido alvo de muitas preocupações recentes dentro desses espaços urbanos. Por isso, especificamente, objetivamos descrever um pouco do processo de interiorização da prática de crimes violentos no país, levando em conta uma possível relação entre os homicídios e o crescimento econômico e urbano em algumas cidades médias brasileiras.

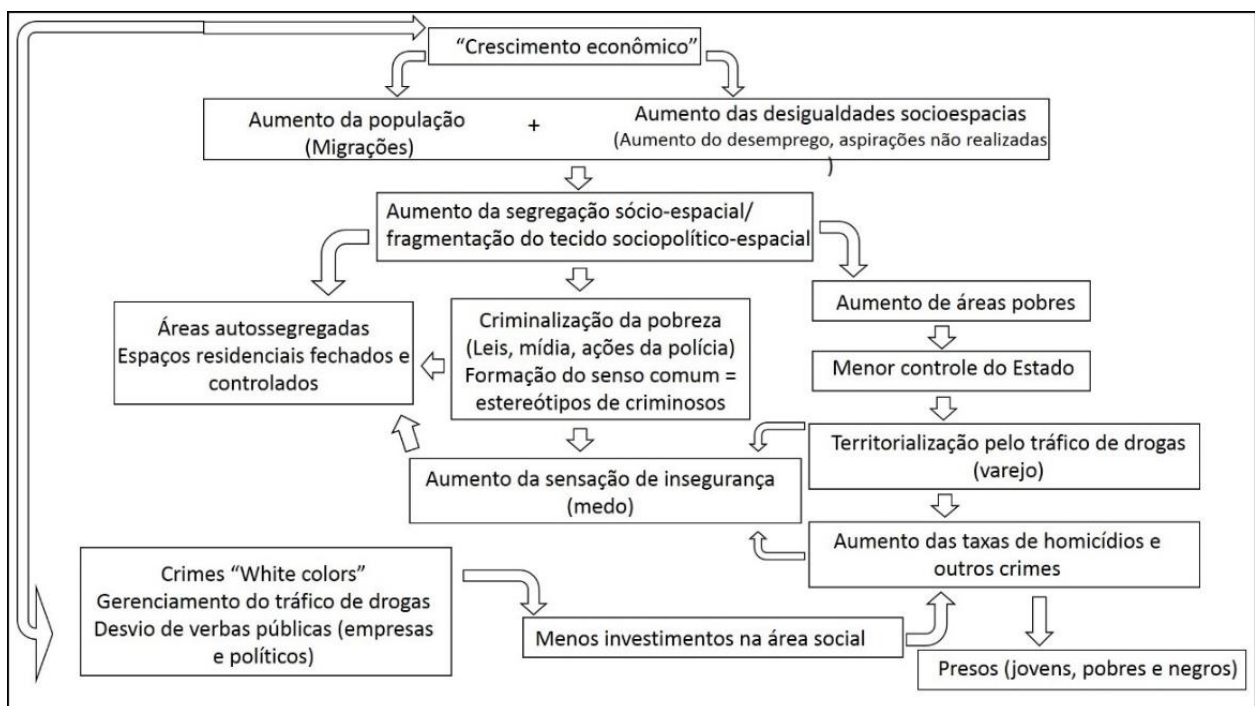
Como foi possível notar, das cidades aqui analisadas, observou-se uma tendência interessante de coincidência entre os indicadores econômico, demográfico e criminal. Embora se reconheça o pluralismo e as particularidades desses índices em cada cidade (como ficou visível na comparação entre os gráficos 2, 3 e 4), a variação entre suas trajetórias não é tão maior quanto algumas coincidências entre elas, denotando que, mesmo com cautela, é possível, sim, especular uma relação bastante direta entre os fatores de crescimento do PIB, da população e das taxas de homicídios em certos espaços urbanos brasileiros, sobretudo, como trabalhou a pesquisa, das cidades médias.

A interpretação dessa tendência parte da interligação entre uma série de processos, que mantém entre si uma forte relação dialética. Por isso, com o fim de demonstrar essa dinâmica, baseamo-nos em Paixão (1983) para construir um esquema (figura 1) que demonstre como alguns fatores econômicos têm impulsionado o aumento da população em cidades não metropolitanas (especialmente, cidades médias) o que pode corroborar com o aumento das desigualdades sociais e dos processos de segregação e fragmentação urbana. Como consequência, a organização interna dessas cidades tende a se tornar ainda mais complexa, explicando a produção de espaços segregados e fragmentados que podem, por sua vez, impulsionar o aumento de determinados índices criminais.

Isso seria explicado pela tese de que a não realização das aspirações para determinadas pessoas, e o acúmulo de capital para outras, têm proporcionado a formação de cidades segregadas, consolidando um processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, como pontuado por Souza (SOUZA, 2012 [1999]). Aproveitando-se disso, o tráfico de drogas do varejo tende a

territorializar as áreas mais pobres das cidades, favorecendo a ocorrência de outros tipos de crimes, principalmente, os homicídios. Como consequência disso, segundo análises de Waiselfisz (2014), muitos jovens, geralmente pobres e negros, acabam sendo presos ou mortos em função do narcotráfico, revelando o lado perverso dos processos de reestruturação econômica e urbana em algumas cidades do interior.

Figura 1: Processos que ajudam explicar as causas e consequências da criminalidade



Organização: Melara, 2019.

Conforme Souza (2008, p. 59), estamos lidando com uma cidade cada vez mais segmentada por fronteiras invisíveis e ilegais, que, muitas vezes reduz sua mobilidade espacial intraurbana, tanto dos pobres, como por exemplo, quando pessoas de uma favela já dominada e “territorializada” por uma facção são impedidas de visitar familiares de outra favela dominadas por outra facção, ou quando pessoas das classes médias e altas deixam de frequentar determinados espaços por causa do medo.

Pode-se arriscar mesmo a tese de que o que está em jogo, na esteira da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, é a própria cidade em seu sentido usual – ou seja, como uma unidade na diversidade, em que as contradições de classe, as tensões de fundo étnico e a segregação residencial daí decorrente não eliminam a percepção de cidade como uma entidade geográfica coerente. A fragmentação, como nome sugere, relativiza ainda mais e decisivamente uma unidade desde sempre já relativizável à luz da diversidade. (SOUZA, 2012 [1999], p. 217)

Todos esses processos, por sua vez, explicam a relação entre dois elementos que, embora articulados, possuem naturezas diferentes: a violência criminal *versus* o medo e a sensação de insegurança (MELARA, 2016). Certos agentes, como a mídia e o setor imobiliário, parecem participar ativamente da vinculação entre esses dois processos, fomentando e capitalizando o medo de viver na/a cidade. As empresas de segurança – outro braço que atua na relação entre os crimes e o medo – também exemplificam muito bem esse quadro, quando se valem do interesse na venda de equipamentos de segurança a espaços fechados e controlados, como é o caso dos condomínios exclusivos.

Conclui-se, então, assim, que, o “medo do pobre” é uma realidade tanto nas cidades médias como nas metrópoles brasileiras, onde uma análise estrutural das condições sociais da população no Brasil é realizada por poucos, prevalecendo o senso comum dos estereótipos. Enquanto isso, os crimes *white collar* continuam impunes, contribuindo para piorar a qualidade de vida das classes menos favorecidas. As estatísticas e as ações da polícia e da justiça tendem a criminalizar determinadas classes sociais, contribuindo para um processo de marginalização da pobreza e produção do medo e da insegurança urbana.

Desta forma, neste artigo, buscamos através de dados, hipóteses e análises contribuir com o campo de estudo sobre criminalidade, dedicado, especialmente, ao recorte espacial das cidades médias. Ao mesmo tempo, também pela ocasião deste trabalho, alguns questionamentos permanecem merecendo atenção:

- a) Existe um conjunto de fatores definidos que pode explicar a interiorização da criminalidade violenta, ou cada espaço urbano apresenta suas particularidades e especificidades?
- b) O “crescimento econômico” das últimas décadas, promovido pela reestruturação produtiva, têm efeitos negativos no âmbito socioespacial para qualquer escala de cidade?
- c) Quais as cidades médias, ou seja, qual padrão de cidade média poderia se enquadrar nessa nova tendência de interiorização do crime?
- d) Somente as cidades em fase de expansão econômica estariam no rol dos espaços urbanos cujos índices criminais têm aumentado?
- e) Todas as cidades médias cujo aumento populacional se deu pelos processos de reestruturação produtiva e urbana estão na esteira do crime?
- f) Quais procedimentos teórico-metodológicos seriam mais pertinentes para esse tipo de estudo?



g) Quais alternativas poderiam ser pensadas, dentro do planejamento e gestão urbanos, para reverter o “crescimento econômico” das cidades em qualidade de vida para todos os habitantes?

5 REFERÊNCIAS

ADORNO, S. & CARDIA, N. **Violência, crime e insegurança**: há saídas possíveis? IN: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q. (Orgs.). Livro Verde: Desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas: UNICAMP, 2002, p. 303-333.

AMORIM FILHO, O. & SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. IN: ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 01-34.

ANDRADE, T. A. A. & SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período de 1970/2000. IN: ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 129-169.

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. IN: SILVA, W. R. & SPOSITO, M. E. B. **Perspectivas da Urbanização**: Reestruturação urbana e das cidades. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 99 – 118.

CATELAN, M. J. A heterarquia urbana como proposta metodológica: dissonâncias no ritmo e no arranjo espacial da rede urbana e do mapa da indústria do estado de São Paulo. SPOSITO, Eliseu (org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2015, p.303.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2017**. IPEA. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf >. Acesso em: junho, 2017.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. (2015). **O Efeito das Oportunidades do Mercado de Trabalho Sobre as Taxas de Homicídios no Brasil**. Encontro da ANPEC, 2015. Florianópolis. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-0ce869e09e6385120c0146e239bb5bf8.pdf

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. IN: SPOSITO, M. B. E. (org.) **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: a Expressão Popular, 2007. p. 379 – 412.



HARVEY, David. (1989). **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 349 p.

IBGE. **Censo do IBGE, 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadeSAT/topwindow.htm?1>> Acesso em: agosto de 2010.

IBGE. **Censo do IBGE, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: abril de 2013.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática** – Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acessado em: maio de 2019.

ELIAS, D. (Org.); SPOSITO, M. E. B. (Org.) ; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.) . **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 1. 288p.

_____. **Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Colômbia: Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias>>

_____. (Org.); SPOSITO, M. E. B. (Org.) ; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.) . **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013. v. 1. 336p.

IPEA. **Homicídios por município (1996 a 2015)** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros/64/Homic%C3%ADdios%20Brasil%20por%20Munic%C3%ADpio>> Acesso em: dez., 2017.

MELARA, E.. **Espaços fechados e Insegurança urbana: Loteamentos e condomínios em Resende e Volta Redonda**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, Tese (Doutorado em Geografia).

MELARA, E. e SILVA, W. R. Elementos para refletir sobre a policentralidade e a fragmentação urbana em cidades médias – Resende e Volta Redonda (RJ). **CONFINS: Revista franco-brasileira de Geografia**. Nº 38, 0000. Disponível em: <URL: <http://journals.openedition.org/confins/16121>>

MOTTA, D.; Da MATA, D. **Crescimento das Cidades Médias**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008 (Boletim Regional e Urbano).



PAIXÃO, A.L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. IN: PINHEIRO, P.S. (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil** de 2013. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: maio de 2019.

SOJA, E. W. (1989). **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, M. L. de. (1999). **O desafio metropolitano**: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana». In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L. & PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, pp 61-94.

_____. MAIA, D. S. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. v. 1. 322p.

_____. ELIAS, D. (Org.) ; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Angeles**. 1a. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora da UNESP, 2016. v. 1. 329p.

_____. ELIAS, D. (Org.) ; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012. 282p.

_____. ELIAS, D. (Org.) ; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 1. 286p.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2012**: Os novos padrões de violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

_____. **Mapa da violência 2014**: Homícidios e juventude no Brasil, atualização 15 a 29 anos. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.